

jornal

NOVEMBRO 2025

Federação Nacional da Educação



ÍNDICE

fne

3 - 4

EDITORIAL

58 - 65

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

5 - 55

AÇÃO SINDICAL

66 - 67

SAÚDE

56 - 57

TEM A PALAVRA



FICHA TÉCNICA | NOVEMBRO 2025

Proprietário
Federação Nacional da Educação

Diretor
Pedro Barreiros

Produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro
Mário Jorge

Redação
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação
Rafael Marques

Sindicatos membros

- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo e Social do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS

SPZN

SPZC

SP

SPD

SPPA

SP

SPCL

SPZN

SPAE

SPAE

FILIAÇÃO

CPDPT

UGT

SP

ETUCE

CEPLP-SE

AR

Associação Nacional de Estudantes do Ensino Secundário

EDITORIAL



Evitar o ponto de não retorno

A Federação Nacional da Educação (FNE) tem em desenvolvimento uma campanha intitulada “Em duas palavras”, tendo como objetivo alertar, mas acima de tudo denunciar um conjunto de lacunas e constrangimentos ao nível da educação em Portugal.

A FNE promoveu, no dia 8 de novembro, o Fórum 2025 tendo como objetivo a reflexão e debate sobre os problemas que afetam os docentes e os Trabalhadores de Apoio Educativo (TAE), subordinado ao lema “Carreiras Valorizadas”.

São só duas palavras!

Unicamente duas palavras mas que incluem, na sua essência, a problemática da falta de professores e de pessoal de apoio educativo, a procura de soluções ao nível da atratividade, da motivação, passando por reter os que entram mas também os que já estão no sistema, as condições de trabalho inerentes ao exercício da profissão, do gosto pelo desempenho de funções, norteados a vida profissional nos alicerces do reconhecimento, do respeito e da dignidade.

No momento em que se inicia, novamente, o processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), em que os TAE reivindicam a definição de conteúdos funcionais específicos e carreiras especiais, em que a Assembleia da República trabalha no Orçamento de Estado para 2026, e o Governo anda às voltas com a alteração da lei laboral, é necessário alertar a opinião pública para os efeitos nefastos de carreiras desvalorizadas, para vencimentos ultrapassados pelos dias de hoje, pela descrença em carreiras sem perspetivas de futuro, sendo de elementar justiça reivindicar “Carreiras Valorizadas” e “Salários Dignos”.

Se porventura alguém entender que estas duas frases, unicamente com duas palavras cada, não são pertinentes ao ponto de ocorrer uma preocupação generalizada, então, como motivação, acrescentamos outras, tais como “Mais educação”, “Menos burocracia” e “Indisciplina zero”.

Se, mesmo assim, continuarmos impávidos teremos de nos questionar sobre o que, ainda, terá de acontecer para nos preocuparmos.

De uma vez por todas ou resolvemos os problemas que nos afetam ou então, tal como nas alterações climáticas, também seremos confrontados com um ponto de não retorno. Nessa altura, esperando que tal não aconteça, toda e qualquer solução implementada será má, embora normal porque não destoará do contexto, à qual se recorre, como recurso, para evitar um mal ainda maior.

A todos se exige compromisso, com responsabilidades diferenciadas, mas com a obrigação moral, social e intelectual de contribuirmos para que o futuro da educação, num país que desejamos justo, inclusivo e respeitador, seja promissor.

É connosco! Está nas nossas mãos evitar o ponto de não retorno.



GABRIEL CONSTANTINO

PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO
E DO CONSELHO GERAL DA FNE

Federação Nacional da Educação

FÓRUM



EM DUAS
PALAVRAS

CARREIRAS VALORIZADAS

ABERTURA



MARISA GARRIDO
Secretária de Estado da
Administração Pública



PEDRO BARREIROS
Secretário-Geral da FNE



8 NOV 2025



**9H30
16H30**



**SEDE UGT
LISBOA**

ORADORES CONVIDADOS



PEDRO FREITAS
Investigador associado da
Universidade de Oxford



ANA BALCÃO REIS
Professora - Nova School of Business
and Economics (Nova SBE)



JOSÉ CORDEIRO
Secretário-Geral Adjunto
da UGT



ALBERTO VERONESI
Diretor Escolar
AE Santa Maria dos Olivais



JOÃO D. SILVA
Presidente da AFJET



AIDA CARVALHO
Grupo Parlamentar do
Partido Socialista



PEDRO ALVES
Grupo Parlamentar do
Partido Social Democrata

www.fne.pt





FÓRUM FNE 2025

NÃO ESTAMOS A CONSEGUIR RESOLVER AS DESIGUALDADES

A frase foi proferida por Ana Balcão Reis, da NOVA SBE, no FÓRUM FNE 2025, que aconselha começarmos pela creche e pelo pré-escolar. Outras lições aprendidas é que sobrecarregar os professores com horas extraordinárias é uma solução sub-ótima e que a autonomia é crucial, mas deve ser repartida por toda a escola.

Um Auditório Manuela Teixeira, na sede da UGT, em Lisboa, completamente repleto, foi o palco do FÓRUM FNE 2025, que decorreu durante a manhã e tarde de 8 de novembro de 2025, sob o lema “Em Duas Palavras: Carreiras Valorizadas”.

A sessão de abertura coube ao Secretário-Geral (SG) da FNE, Pedro Barreiros, que sublinhou, na sua nota introdutória, a relevância de participar em processos negociais orientados para a obtenção de resultados positivos para quem representamos, num evento com um tema simples, mas extremamente exigente.

Pedro Barreiros valorizou o sindicalismo responsável da FNE, que proporcionou recentemente um resultado inquestionavelmente positivo para a maioria dos educadores e professores, através do acordo que permitiu a recuperação do tempo de serviço congelado, após anos e anos de instabilidade nas escolas e no sistema educativo.

“A participação neste FÓRUM da Secretária de Estado da Administração Pública (SEAP), Marisa Garrido, é um sinal de reconhecimento do trabalho e empenho sindical da FNE”, realçou Pedro Barreiros, enquanto visava o grande objetivo da federação: carreiras valorizadas dos Docentes e Trabalhadores de Apoio Educativo (TAE) para garantir um melhor futuro das nossas escolas.

“Ontem demos início à revisão do novo ECD e hoje estamos aqui reunidos para colhemos contributos académicos, políticos e sindicais para uma boa negociação, nesse capítulo e em vários outros que virão a seguir”, completou.

Na sua intervenção, Marisa Garrido referiu o período de transformação do Governo na área da educação, com três valorizações no caso dos docentes: a recuperação do tempo de serviço, a valorização da carreira e, por fim, as escolas do estrangeiro. Nas suas palavras, o objetivo do seu Governo é o de melhorar o serviço público e os seus profissionais, tendo os acordos no setor da Administração Pública (AP) abrangido 350 mil pessoas.

“NOS PROCESSOS NEGOCIAIS TEMOS CONSEGUIDO UM DIÁLOGO SOCIAL MUITO POSITIVO”.

MARISA GARRIDO - SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SEAP)

Este setor encontra-se de momento num processo negocial, envolvendo as carreiras especiais, carreiras gerais e pessoas com outras funções. “Estamos a fazer a revisão do sistema de avaliação da AP e a encontrar uma plataforma definitiva de todos os recursos humanos num só lugar”, notou a SEAP. “Nos processos negociais temos conseguido um diálogo social muito positivo, valorizando sempre a importância de termos uma plataforma de entendimento”.

Para Marisa Garrido é importante o debate de ideias para se avançar nos processos negociais. A SEAP lembrou que a AP era a maior organização que temos no país.

O SG da FNE agradeceu as palavras da governante e sublinhou que a FNE nunca deixaria de levar as suas propostas às diversas tutelas em questão.

Pedro Barreiros exprimiu o desejo de que estes processos negociais nos possam levar a bom porto, e que todos os profissionais da educação voltem a ter prazer em trabalhar nas suas escolas. Pensando nas condições de trabalho, salientou o perigo de ganharmos jovens professores e os perdermos logo depois, de modo precoce. “Temos hoje aqui muito trabalho pela frente, quer no âmbito dos docentes, quer no âmbito dos TAE” – concluiu.





FALTA UMA JUSTIÇA TRIBUTÁRIA

O tema do “espaço da ação profissional dos professores” trouxe as intervenções de José Cordeiro (SG Adjunto da UGT), Alberto Veronesi (Diretor do AE Santa Maria dos Olivais) e João Dias da Silva (Presidente da AFIET). José Cordeiro centrou-se nos desafios da profissionalidade docente, nomeadamente na sua especificidade e nas condicionantes no seu exercício, tanto internas, como externas.

De modo particular, abordou e acentuou os desafios e as oportunidades da Inteligência Artificial, quer na educação, quer em todos os contextos de trabalho, recordando sempre que “os professores são engenheiros de almas”, numa profissão exposta a riscos físicos e psicossociais. Para este SG Adjunto da UGT a questão dos algoritmos é de extrema relevância sindical, pois já vivemos numa verdadeira “algoritmocracia”, onde os trabalhadores devem garantir a sua participação.

Alberto Veronesi começou por falar de uma crise sem precedentes na carreira dos professores, urgindo “A valorização da carreira docente, como caminho para reter talentos e salvar a escola pública”. Este diretor mencionou um défice de 19 mil professores até 2035, um corpo docente envelhecido, com 54% dos que chegam recentemente à profissão a dizer que não pretendem continuar, o que coloca o sistema educativo num colapso iminente.

“Estamos a chegar ao limite do aceitável”, disse. E apresentou “a morte anunciada de uma profissão”, referindo uma crise demográfica, uma alta precariedade, a indisciplina e uma via sacra de instabilidade, que nos levaram a escolas sem docentes e a alunos sem aulas.

O primeiro problema é uma crise salarial, seguindo-se um fardo burocrático excessivo, que impacta no bem-estar profissional, e sistemas que esgotam os professores, como a Avaliação do Desempenho Docente (ADD) e a própria gestão escolar.

Entre as propostas de solução de Alberto Veronesi estão um novo ECD com seis escalões de seis anos, uma progressão automática, o fim da dependência da ADD para efeitos de progressão, o fim de quotas e vagas para progressão e a eleição direta para todos os cargos de gestão.

A terceira intervenção foi de João Dias da Silva, Presidente da AFJET, que se baseou, na sua abordagem, nos dados recolhidos pela AFJET/FNE nas suas consultas nacionais. Esses dados são de extrema importância, pois derivaram dos próprios educadores e professores, associados de sindicatos da FNE, de outros sindicatos e não sindicalizados.

João Dias da Silva abordou diversos tópicos relacionados com o espaço da ação profissional dos professores, como a tensão entre a autonomia profissional e a responsabilização por problemas que não controlam, uma constante vigilância e um esforço exigido que não é recompensado. Embora se encontrem numa cultura organizacional maioritariamente positiva, a profissão não é reconhecidamente atrativa para os docentes, o que levou o Presidente da AFJET a falar de “uma crise invisível na profissão”.

São várias as implicações desta crise: o recurso a profissionais não qualificados e com vínculo precário ou a falta de uma justiça tributária - não apenas o salário, mas também o tempo de trabalho do professor.

Para além da obrigatória valorização da profissão docente e dos seus profissionais, João Dias da Silva apontou dois caminhos de nível macro em políticas educativas: deixarmos de escolarizar os problemas sociais (o professor não pode ser o bode expiatório dos problemas sociais) e evitar medidas uniformizadoras, propondo ao invés políticas educativas que permitam a customização, a variedade, a diversidade, a mudança.



GALERIA DE FOTOS



www.fne.pt





OS DESAFIOS DA DIVERSIDADE

Pelas 11h30 deu-se início ao “Olhar sobre o sistema educativo português”, numa apresentação conjunta de Pedro Freitas, investigador associado da Universidade de Oxford, e Ana Balcão Reis, Professora da NOVA SBE. A Professora da NOVA SBE começou por se referir a quem são os alunos e quem são os professores, nomeando duas grandes melhorias em Portugal: a taxa de alfabetização (que melhorou imenso nas últimas décadas, logo: pais mais alfabetizados) e o abandono escolar precoce.

Em seguida traçou os resultados nacionais dos alunos de 15 anos no PISA ao longo dos anos, que foram maus no início e depois foram convergindo para a média da OCDE. No último PISA, os resultados pioraram mais que noutros países, mas não para muito longe da média da OCDE.

O ponto mais negativo é que a desigualdade nas aprendizagens continua alta, com resultados negativos acentuados em alunos com SASE. Por outro lado, as famílias mais desfavorecidas terminam menos o ensino superior, o que leva a investigadora a afirmar com toda a segurança que “o sistema educativo português não está a conseguir resolver as desigualdades”.

Para Ana Balcão Reis, temos que começar pela creche e pelo pré-escolar, em que os investimentos proporcionam um retorno muito maior, seja em termos de oferta, seja em termos de uma maior qualidade. Neste campo, observa-se uma evolução positiva no nosso país, mas com grandes diferenças regionais. E o mais grave é que as famílias mais desfavorecidas são quem precisa mais da creche e do pré-escolar. A falta de educadores é gritante, mas há poucos dados para percebermos bem o que realmente se está a passar no terreno.

Hoje há uma maior diversidade nas escolas. Os alunos emigrantes têm aumentado muito (muito mais no 1º ciclo, muito no profissional), mas a diversidade é baixa, comparada com a taxa da OCDE. No entanto, algumas regiões em Portugal terão taxas ao nível da OCDE. Os alunos estrangeiros têm piores resultados em Português e Matemática. Mas a diversidade é também uma oportunidade de enriquecimento para os alunos portugueses. Os mestrados da NOVA têm 70% de alunos estrangeiros e isso só beneficia os nacionais.

A terminar, Ana Balcão Reis sublinhou que tem havido um forte crescimento de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) e de medidas adaptativas. Mas também há mais alunos com NEE a chegarem ao ensino superior, o que é um fator positivo.

Pedro Freitas abordou as necessidades docentes, muito uniformes ao longo do tempo e com previsão de um fluxo constante no futuro. Em sua opinião, não há soluções ótimas, nem vamos resolver isto de hoje para amanhã. Porém, “uma solução sub-ótima é sobrecarregar os professores com horas extraordinárias”.

Para Pedro Freitas, nada impacta mais a aprendizagem do aluno que a qualidade dos professores. “Uns professores impactam mais que outros. Há diferenças, há variação, existe uma diversidade no sistema. O que explica esta diversidade? A antiguidade dos professores não explica”. O investigador assegura que o professor continuará a ser central e os melhores professores têm um maior número de interações pedagógicas com os seus alunos.

"A AUTONOMIA É CRUCIAL, MAS DEVE SER REPARTIDA POR TODA A ESCOLA"

PEDRO FREITAS - INVESTIGADOR ASSOCIADO DA UNIVERSIDADE DE OXFORD

Quanto à estabilidade do corpo docente referiu que temos 20% de rotação anual nas escolas, existindo uma rotação excessiva em professores contratados. A rotação maior ocorre nas escolas com mais alunos de famílias desfavorecidos. Ou seja: o sistema só constrói desigualdades. Referindo-se depois a incentivos acentuou que o mesmo salário não atrai da mesma forma profissionais de áreas diferentes. Logo: que equilíbrio salarial deveremos ter?

Seja como for, urge criar incentivos para jovens professores virem trabalhar para Lisboa, pois só jovens em início de carreira viriam. Pedro Freitas sublinhou que também há muito a fazer no que respeita a incentivos na formação inicial: “Temos uma alta taxa de desistência na formação inicial. Há dois anos ficaram 800 pelo caminho”.

Por outro lado, há pouca investigação na qualidade da formação inicial e a literatura é muito focada nos anos 60 e 70. Pedro Freitas refere que o tempo de prática aplicada pode ser insuficiente, pelo que temos que debater os modelos de formação inicial. Outra questão tem que ver com os programas de integração de novos professores, que ou são poucos, ou não existem. Apenas 50% dos diretores nos disseram ter um programa especial de integração de jovens professores.

Outros temas focados foram a gestão escolar e a autonomia das escolas. O Professor acentuou que existem várias dimensões, mas no respeitante a recursos/instrumentos de atuação existe uma diferença muito superior à OCDE entre escolas públicas e escolas privadas. Dito de outra maneira, a escola pública tem menos recursos para atrair alunos para a sua esfera. Sobre a autonomia, Pedro Freitas foi taxativo: a autonomia é crucial, mas deve ser repartida por toda a escola.



GALERIA DE FOTOS



www.fne.pt





ADD E CARREIRAS DOS TAE

O início da tarde trouxe duas mesas redondas, em simultâneo: I – “Refletir sobre o modelo de avaliação de desempenho docente” e “II – Refletir sobre o modelo de estruturação das carreiras dos Trabalhadores de Apoio Educativo (TAE)”. A primeira mesa juntou Paulo Fernandes (SDPSul), Pedro Brandão (SPZN), Maria José da Silva Caetano (presidente do Conselho Geral da ES Jorge Peixinho) e Joaquim Messias (SPZC).

Os intervenientes da mesa de avaliação docente registaram que a ADD não é credível, não é transparente, nem é reconhecida pelos professores. Paulo Fernandes apelidou-a mesmo de “monstro legislativo” e criadora de problemas graves para os docentes. Porém concordou que a alternativa não é fácil, o que responsabiliza ainda mais o trabalho e a ação sindicais.

A reflexão de Pedro Brandão incidiu sobre as questões primárias que devem ser respondidas antes de desenhar uma estrutura para a ADD. Porquê, ou para quê avaliar o desempenho docente, o que pretendemos avaliar, como devemos avaliar e quem deve avaliar o desempenho docente.

Maria José da Silva Caetano refletiu sobre os objetivos da avaliação, notando que as formas de controlar e de balizar os salários devem ser independentes uma da outra e que a dependência uma da outra é o cerne dos problemas na ADD. Por fim, Joaquim Messias recaiu sobre o que a ADD deve e não deve ter.

Os quatro intervenientes foram unânimes em considerar a ADD “muito burocrática e promotora de uma competição desenfreada entre educadores e professores”.

Por seu lado, a mesa redonda dos TAE foi dinamizada por Cristina Ferreira (presidente do STAESuleRA) e Cristina Peixoto (Presidente do STAEZNorte) e participada pelo SG da FNE, Pedro Barreiros. Os temas abordados foram os conteúdos funcionais, a estruturação das carreiras, a precariedade, a estabilidade profissional, os salários baixos, o envelhecimento, ou a falta de um estatuto digno.

Não poderia estar ausente o crucial tema da transferência de competências para os municípios, “por onde agora passam as decisões”, e o polémico SIADAP, que não permite a chegada dos técnicos superiores ao topo de carreira.

Os concursos e as vagas a abrir são outros fatores sempre presente nas reivindicações destes trabalhadores. O SG da FNE mencionou igualmente a importância em se atingirem resultados de forma institucional e louvou a participação dos TAE no Roteiro da FNE, pois “temos que ser a voz de todos os trabalhadores”.

Pedro Barreiros e as Presidentes do STAEZNorte e do STAESuleRA enfatizaram o facto de que sem estes trabalhadores a escola não conseguirá atingir os objetivos e o sucesso educativo. O SG da FNE concluiu desejando alcançar todos os objetivos sindicais tanto para Docentes como para os TAE.





PS E PSD NA EDUCAÇÃO

A meio da tarde, os deputados Aida Carvalho (Grupo Parlamentar do PS) e Pedro Alves (Grupo Parlamentar do PSD) entrevistaram sobre o tema “Investir na educação para construir o futuro – expectativas, argumentos e meios para a construção de carreiras atrativas”.

Aida Carvalho focou as propostas do PS no ensino superior, como a harmonização de carreiras, e rever os conteúdos funcionais e os rácios nos TAE. Relativamente aos docentes, confessou que o seu partido poderia ter feito mais na recuperação de tempo de serviço (“estamos muito a tempo de corrigir”, confessou), e que tem em vista corrigir as ultrapassagens e contabilizar todo o tempo de serviço dos professores, incluindo os que ingressaram no ensino superior e depois voltaram a outros níveis de ensino.

O PS tem ainda como objetivos promover a atratividade da profissão docente e, na transferência de competências para os municípios, está atento às fragilidades e desafios, incluindo as necessidades de recursos.

O deputado do PSD Pedro Alves elencou os objetivos já cumpridos pelo seu partido e referiu a revisão do RJIES em curso, em que se pretende criar uma carreira única. No que respeita às carreiras de investigação científica já foi dado um salto positivo pelo Governo neste âmbito. Em sua opinião, o país já deu um avanço muito grande na Educação, com a recuperação integral do tempo de serviço e com a dignificação da profissão docente.

Pedro Alves mencionou a revisão do ECD em curso, como forma de tornar a carreira mais atrativa, equitativa e mais transparente, implicando também as tabelas remuneratórias, e anunciou a criação de um Estatuto do Diretor. Sempre referindo o falar verdade e com compromissos efetivos, o deputado do PSD afirmou que o seu partido tinha posto fim à situação de instabilidade dos técnicos especializados para outras funções, tinha melhorado os rácios para pelo menos 1 psicólogo por 711 alunos e estava a

trabalhar para criar um perfil profissional para os assistentes técnicos e assistentes operacionais, com a colaboração da ANM.

Relativamente aos docentes, a intenção do PSD é o de criar um referencial de avaliação que reconheça o mérito e a excelência, tema que vai andar ao lado da revisão do ECD. No respeitante ao Português Língua Não Materna (PLNM), o objetivo é o de valorizar as equipas multidisciplinares, numa lógica de educação integral.

"O PAÍS JÁ DEU UM AVANÇO MUITO GRANDE NA EDUCAÇÃO, COM A RECUPERAÇÃO INTEGRAL DO TEMPO DE SERVIÇO E COM A DIGNIFICAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE"

PEDRO ALVES - DEPUTADO DO PSD

A sessão de encerramento do FÓRUM FNE 2025 esteve a cargo de Pedro Barreiros e Gabriel Costantino, Presidente da Mesa do Congresso e do Conselho Geral da FNE. O SG da FNE concluiu: "Valeu mesmo a pena. Todos somos poucos para os muitos processos negociais que temos pela frente".

Os docentes interessados podem solicitar à FNE (secretariado@fne.pt) o reconhecimento e certificação deste Fórum como uma "Ação de Curta Duração", de 4 horas, nos termos do Despacho nº 5741/2015, de 29 de maio, retificado pela Declaração de retificação nº 470/2015, de 11 de junho.

"VALEU MESMO A PENA. TODOS SOMOS POUCOS PARA OS MUITOS PROCESSOS NEGOCIAIS QUE TEMOS PELA FRENTE"

PEDRO BARREIROS - SG DA FNE

Federação Nacional da Educação

FÓRUM



EM DUAS
PALAVRAS

CARREIRAS VALORIZADAS



www.fne.pt



FALSA PARTIDA!



Concurso de Vinculação: Falsa Partida!

A FNE lamentou, através de um comunicado emitido a 12 de novembro, que o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) tenha protagonizado uma verdadeira “falsa partida” no processo do concurso extraordinário de vinculação docente.

No dia 30 de outubro de 2025, a FNE expressou publicamente e diretamente junto do MECI a sua profunda surpresa e preocupação face à ausência injustificada de vagas, em especial no grupo de recrutamento de Física e Química (510), e exigiu esclarecimentos urgentes sobre os critérios que sustentaram tal decisão, reclamando a correção imediata da portaria de vagas que deixava de fora necessidades reais das escolas.

Na altura, o MECI contestou a denúncia da FNE, justificando a ausência de vagas no grupo de Física e Química com o argumento de que não tinham sido identificadas necessidades significativas nos Quadros de Zona Pedagógica (QZP) das regiões mais carenciadas, alegando ainda a existência de docentes disponíveis em reserva de recrutamento.

Porém, a publicação de uma nova portaria de vagas, agora anunciada, confirma exatamente o que a FNE havia alertado: as vagas iniciais foram mal apuradas e a análise das necessidades das escolas foi, no mínimo, incompleta e precipitada.

No passado dia 10 de novembro, foi publicada a Declaração de Retificação n.º 1032-A/2025/2 sobre o Concurso Externo Extraordinário que passa a contar com um prazo que termina às 23:59 do dia 21 de novembro. Este alargamento de prazo acontece na sequência da alteração à Portaria de Vagas, provocada pela chamada de atenção da FNE ([consultar aqui](#)).

Com esta correção, o MECI não reconhece o erro, não explica as razões que estiveram na origem da situação, nem responde a quem alertou atempadamente para o problema.

A FNE lembra que a Portaria n.º 379-A/2025/1, de 7 de novembro, que procede à primeira alteração à Portaria n.º 365-A/2025/1, de 23 de outubro, fixa as vagas dos quadros de zona pedagógica (QZP) com maior carência para o concurso externo extraordinário de seleção e recrutamento de docentes do ano letivo de 2025/2026, previsto no Decreto-Lei n.º 108/2025, de 19 de setembro, ajustando-as às atuais necessidades nos grupos de recrutamento mais carenciados.

A FNE considera que a transparência, o rigor e a responsabilidade devem ser princípios inalienáveis em todos os concursos públicos e exige que o MECI reveja os seus procedimentos, garantindo justiça no acesso à vinculação.

Mais uma vez, a FNE reafirma que ouvir e valorizar as organizações representativas dos Professores é a melhor forma de evitar erros, reforçar a confiança e garantir justiça nas decisões.





Secretariado Nacional da FNE abriu porta à Greve Geral

O Secretariado Nacional da FNE reuniu na tarde de 7 de novembro, em Lisboa, para análise da situação social, económica e sindical do momento e apreciação e análise dos processos negociais em curso, nomeadamente a negociação do Estatuto da Carreira Docente.

Nesta reunião foram ainda votados e aprovados por unanimidade o Plano de Atividades da FNE para 2026, assim como quatro resoluções que visam diferentes pontos e preocupações no sistema educativo:

- Ausência de negociação no Ensino Português no Estrangeiro (EPE)
- Do anúncio à ação: FNE exige medidas concretas para os Técnicos e Trabalhadores de Apoio Educativo
- Negociação da Revisão do Estatuto da Carreira Docente
- Contra o ataque aos direitos dos trabalhadores

Destaque para esta quarta resolução intitulada "Contra o ataque aos direitos dos trabalhadores" que a FNE fez chegar à direção da UGT, considerando que após análise e debate às alterações ao Código do Trabalho propostas no Anteprojeto de Lei da reforma da legislação laboral apresentado pelo XXV Governo da República Portuguesa, as alterações a mais de 100 artigos do Código do Trabalho, propostas neste documento, implicam mudanças profundas em áreas como a parentalidade, flexibilidade laboral, formação, período experimental e o direito à greve.

Por isso a FNE sugeria à UGT a promoção, com carácter urgente, de uma posição conjunta e pública de todas as Federações e Sindicatos da UGT contra a atual proposta de reforma laboral; Sejam encetadas diligências institucionais e políticas com vista à alteração da forma como está a ser conduzido este processo; Caso o Governo não recue nas suas intenções e não aceite realizar um verdadeiro e construtivo processo negocial, a UGT avalie a possibilidade de convocar uma Greve Geral, em defesa dos direitos dos trabalhadores e da dignidade do trabalho em Portugal.

A FNE, através do seu Secretariado Nacional, reafirmou a sua total disponibilidade para participar ativamente em todas as ações sindicais promovidas pela UGT e em qualquer processo de revisão das atuais propostas, com o objetivo de as transformar em medidas positivas para os trabalhadores, assegurando que nenhuma reforma será imposta contra aqueles que representa e que a democracia, a negociação coletiva e a defesa dos direitos laborais continuam a ser pilares estruturantes da sociedade portuguesa, incluindo, se necessário, a adoção das formas de luta indispensáveis para travar qualquer retrocesso de direitos.





FNE ao lado da UGT na marcação da Greve Geral de 11 de dezembro

13 de novembro fica marcada como a data em que a UGT e os seus sindicatos votaram de novo a favor e por unanimidade a seguinte resolução relativa à Greve Geral agendada para 11 de dezembro:

11 DE DEZEMBRO GREVE GERAL

CONTRA A REFORMA LABORAL. EM DEFESA DOS TRABALHADORES.

A UGT foi confrontada, em Julho de 2025, com a apresentação, em sede de concertação social, do Anteprojecto de Lei da reforma da Legislação Laboral, que o Governo decidiu chamar de “Trabalho XXI”.

Uma proposta tão fora de tempo, num contexto de crescimento económico, estabilidade financeira e de pujança do mercado de trabalho, como atentatória do espírito do diálogo social, uma vez que traduz uma opção clara em favor dos empregadores, cortando direitos aos trabalhadores e prejudicando a actividade dos sindicatos.

Do banco de horas individual à contratação a termo, dos despedimentos ao outsourcing, da parentalidade à formação profissional, vemos um aumento do poder unilateral dos empregadores e a fragilização de quem trabalha.

Na negociação colectiva, no direito à greve e na acção sindical nas empresas, vemos um ataque a quem defende os trabalhadores, seja à mesa das negociações, seja nos locais de trabalho, seja na utilização do último recurso que é a greve.

A UGT ao longo dos seus 47 anos de história, com total autonomia negocial, provou a sua capacidade de diálogo e abertura para a construção das melhores soluções.

O anteprojecto apresentado é a antecâmara de uma reforma laboral para os patrões e, por isso, mereceu logo o rotundo não da UGT e dos seus sindicatos.

Mas a UGT não desistiu. Fomos para a mesa das negociações. Nas reuniões da CPCS, nas reuniões bilaterais com o Governo e Parceiros Sociais.

Queremos avanços.

Mas o que temos constatado é o oposto.

O Governo passou de uma total abertura negocial à necessidade de se respeitarem as “traves-mestras” da reforma e até à imposição de linhas vermelhas.

O Governo coloca quem negoceia perante um jogo de tudo ou nada, em que quaisquer evoluções ficam dependentes da assinatura de um acordo, sejam justas ou não.

Isto não é negociar.

A concertação social transformou-se no palco de uma obsessão com a lei laboral, esquecendo quase tudo o resto.

A política de salários e rendimentos e a actualização dos acordos, a política de migrações, os problemas da habitação.

Estas matérias foram colocadas em cima da mesa pela UGT e ignoradas pelo Governo.

Ao Governo apenas interessa a legislação laboral.

A UGT pretende negociar. A UGT quer discutir o que interessa aos trabalhadores e ao País.

Mas a UGT não negoceia sozinha.



Por isso,

- ▶ contra uma reforma laboral que não pode avançar,
- ▶ contra um ataque sem precedentes aos trabalhadores e sindicatos,
- ▶ contra a indiferença face aos problemas reais dos portugueses,
- ▶ contra o simulacro negocial.

e

- ▶ por um verdadeiro diálogo e uma negociação com resultados,
- ▶ por uma legislação que responda aos verdadeiros desafios do presente e do futuro do trabalho,
- ▶ por um País mais justo,
- ▶ em nome de quem trabalha e quer dignidade no seu trabalho.

A UGT e os seus Sindicatos, reunidos hoje em Secretariado Nacional e Conselho Geral, decidiram:

- ▶ a convocação de uma GREVE GERAL para o dia 11 de Dezembro de 2025;
- ▶ iniciar o diálogo e a articulação com outras estruturas representativas dos trabalhadores, com vista à construção de uma plataforma de convergência na acção.

Aprovado por unanimidade e aclamação nas reuniões do Secretariado Nacional e do Conselho Geral da UGT de 13 de novembro de 2025



Pré-aviso de Greve entregue pela UGT com apoio da FNE

No dia em que o Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, marcou presença na entrega do pré-aviso de greve da UGT Portugal, no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a Federação fez também saber publicamente os motivos pelos quais adere à Greve Geral a 11 de dezembro de 2025 através de comunicado:

A FNE manifesta, antes de mais, perplexidade perante os motivos que levam o Governo a avançar, precisamente neste momento, com uma alteração tão profunda ao Código do Trabalho.

A vontade reformista não pode justificar-se por si própria, nem servir apenas para deixar uma marca política na agenda de um qualquer ministro. Uma reforma só se legitima quando é justificada, quando envolve verdadeiramente os parceiros sociais, quando é debatida com transparência e quando resulta de um processo negocial sério que permita, no final, afirmar que se obteve um diploma melhor, capaz de responder às necessidades do país, das empresas e dos trabalhadores. Infelizmente, nada disso aconteceu ao longo deste processo. E, assim, venha qual vier a ser o resultado final, dificilmente contribuirá para alcançar bons resultados ou para responder a objetivos que o Governo nunca explicou de forma clara.

É neste contexto que a FNE adere à Greve Geral, porque as alterações propostas representam um retrocesso profundo nos direitos laborais e sociais.

As principais razões são:

1. Retrocesso nos direitos de parentalidade,

incluindo a revogação da falta por luto gestacional, a redução de direitos do pai, o aumento da burocracia e a limitação do exercício conjunto de direitos parentais.

2. Aumento da precariedade,

com o alargamento da duração dos contratos a termo e a termo incerto, facilitação de renovações e redução das garantias dos trabalhadores.

3. Menor conciliação entre vida profissional e familiar,

ao impor horários flexíveis definidos pelo empregador, reduzindo a autonomia dos trabalhadores com responsabilidades familiares.

4. Enfraquecimento das organizações sindicais,

retirando direitos de ação sindical, limitando a contratação coletiva e aumentando o poder unilateral das entidades patronais.

5. Restrição do direito à greve,

através do alargamento excessivo dos serviços mínimos e da eliminação de mecanismos que protegem os trabalhadores de abusos.

6. Conjunto de outras perdas de direitos,

como faltas não remuneradas, alterações desfavoráveis no banco de horas, na transmissão de estabelecimento e no regime de despedimento.

Perante este cenário de regressão laboral e social, e perante um processo legislativo que não respeitou o diálogo nem a negociação, a FNE considera a Greve Geral uma resposta necessária e responsável para defender os trabalhadores, as famílias e a qualidade da educação.

Ao Primeiro-Ministro

Ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

A todos os restantes Ministérios

Aos Governos Regionais

Às Autarquias Locais

A todos os Órgãos e Serviços da Administração Pública Central, Local e Regional e a todas as Pessoas Colectivas Públicas

Às Instituições de Segurança Social, Solidariedade Social e Previdência

A todas as Entidades Empregadoras, independentemente do sector e da natureza jurídica

A todas as Confederações Patronais e Associações Empresariais

A todos os Trabalhadores e Trabalhadoras que trabalham em Portugal

AVISO PRÉVIO DE GREVE GERAL

A UGT-União Geral de Trabalhadores, ao abrigo do Artigo 57.º da Constituição da República Portuguesa e nos termos dos Artigos 530.º e seguintes do Código do Trabalho e dos Artigos 394.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, declara a GREVE GERAL de todos os trabalhadores no dia 11 de Dezembro de 2025 em todas as empresas e serviços do sector público, privado ou público empresarial, independentemente da natureza jurídica da entidade empregadora, e em todo o território nacional, pelos motivos seguintes:

Os trabalhadores portugueses e suas famílias estão hoje confrontados com um ataque sem precedentes às suas condições de trabalho e à própria manutenção dos seus postos de trabalho por via do Anteprojeto de Lei da reforma da Legislação Laboral, que o Governo decidiu chamar de “Trabalho XXI”.

É uma proposta fora de tempo, num contexto de crescimento económico, estabilidade financeira, de elevado emprego e baixo desemprego, que o Governo ignora, tornando clara a base ideológica da sua visão para o mundo do trabalho.

É uma proposta atentatória do verdadeiro espírito do diálogo social, claramente em favor dos empregadores, cortando direitos aos trabalhadores e prejudicando a atividade dos sindicatos.

O retorno do banco de horas individual, o agravamento da precariedade, a liberalização dos despedimentos, o recurso livre ao outsourcing, os cortes na formação profissional e na parentalidade, a não criminalização do trabalho não declarado são as opções do Governo.

O que se quer é o aumento do poder unilateral dos empregadores e a fragilização de quem trabalha.

A negociação coletiva pode cair pela vontade do empregador, o empregador pode decidir por si a convenção que se aplica na empresa, os serviços mínimos da greve são generalizados, é retirado poder aos sindicatos para atuar nas empresas.

Estamos perante um ataque a quem defende os trabalhadores, seja à mesa das negociações, seja nos locais de trabalho, seja na utilização da greve.

O anteprojeto apresentado é a antecâmara de uma reforma laboral para os patrões e, por isso, mereceu logo o rotundo não da UGT e dos seus sindicatos.

A UGT não desistiu. Tentámos negociar, mas o que tivemos foi o oposto.

O Governo passou de uma total abertura total à necessidade de se respeitarem as “traves-mestras” da reforma até à imposição de linhas vermelhas.

O Governo colocou quem negoceia perante um jogo de tudo ou nada, de agora ou nunca, em que quaisquer evoluções ficam dependentes da assinatura de um acordo, sejam justas ou não.

E, quando avança com novas propostas, e ao mesmo tempo que questiona a boa-fé de quem luta pelos seus direitos, o Governo dá pouco e, nas matérias que mais atacam quem trabalha, como os despedimentos e a negociação coletiva, não dá nada ou piora o que já está em cima da mesa.

Queremos negociar, mas isto não é negociar. É afrontar.

A UGT exige uma negociação do anteprojeto. Uma verdadeira negociação. Uma negociação que não se feche em traves-mestras que atacam o coração das relações de trabalho.

E há que pôr termo à obsessão pela legislação do trabalho.

A política de salários e rendimentos e a atualização dos acordos, a política de migrações, os problemas da habitação, a redução da jornada de trabalho. Essas matérias foram colocadas pela UGT em cima da mesa e ignoradas pelo Governo.

A UGT quer uma concertação que não seja só para um lado. Queremos uma concertação que não seja só legislação laboral.

E a UGT quer discutir o que interessa aos trabalhadores e ao País.

Pelas razões e objetivos expostos, apelamos a todos os trabalhadores, permanentes ou precários, do sector público, privado e público empresarial, sindicalizados e não sindicalizados, e a todos os sindicatos para que se juntem pela mudança de políticas:

- ▶ contra a precarização das relações de trabalho,
 - ▶ contra a desregulação dos tempos de trabalho que atacam os trabalhadores e as famílias,
 - ▶ contra a liberalização dos despedimentos,
 - ▶ contra a substituição de trabalhadores por empresas externas,
 - ▶ contra o ataque à negociação coletiva,
 - ▶ contra o ataque ao direito à greve,
 - ▶ contra um ataque sem precedentes aos trabalhadores e sindicatos,
 - ▶ contra o anteprojeto de reforma laboral,
 - ▶ contra a indiferença face aos problemas reais dos portugueses
- e
- ▶ por uma verdadeira concertação, um efetivo diálogo e uma negociação séria, credível e com resultados,
 - ▶ por uma legislação que responda aos verdadeiros desafios do presente e do futuro do trabalho,
 - ▶ por políticas que dignifiquem o trabalho e respondam aos verdadeiros problemas de quem vive do seu trabalho,
 - ▶ **POR PORTUGAL!**

A adesão à greve por parte dos trabalhadores que laborem em regime de turnos far-se-á do seguinte modo: para os trabalhadores cujo horário de trabalho se inicie antes das 00h00 ou termine depois das 24h00 do dia 11 de Dezembro de 2025, se a maior parte do seu período de trabalho coincidir com o período de tempo coberto por este pré-aviso, o aviso prévio começará a produzir efeitos a partir da hora em que deveriam entrar ao serviço ou prolongará os seus efeitos até à hora em que deveriam terminar o trabalho, consoante os casos.

Nos termos da lei, as associações sindicais e os trabalhadores assegurarão a prestação dos serviços necessários à segurança e manutenção do equipamento e instalações e dos serviços mínimos indispensáveis para acorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis, nas empresas, estabelecimentos ou serviços que se destinem à satisfação dessas necessidades, nos termos dos acórdãos, acordos ou despachos que regulem esta matéria.

A representação dos trabalhadores em greve é delegada, aos diversos níveis, nas associações sindicais, nas comissões sindicais e intersindicais, nos delegados sindicais e nos piquetes de greve.

Lisboa, 20 de Novembro de 2025

Pela UGT

A circular official stamp of the UGT is centered on the page. It contains the text "UNIAO GERAL DOS TRABALHADORES" around the top edge and "PORTUGAL" around the bottom edge, separated by two small stars. In the center of the stamp, the name "Mário Mourão" is printed, with "Secretário Geral" printed below it. A handwritten signature in black ink is written over the stamp, starting from the top left and ending with a long horizontal stroke that extends to the right.



Pedro Barreiros ao "Económico" sobre a Greve Geral nas Escolas:

"O encerramento total é uma possibilidade real e plenamente legítima"

Questionado pelo "Jornal Económico" (JE) o secretário-geral da FNE, afeta à UGT, não avança estimativas para a greve geral de 11 de dezembro, que a FNE abraça de corpo e alma, mas admite ao JE que tudo pode acontecer, incluindo uma paralisação total nas escolas. Remete a responsabilidade pelos incómodos que a greve possa causar a alunos e pais para "quem insiste em avançar com propostas que atacam direitos laborais e ignoram os alertas das organizações sindicais".

A greve geral marcada para dia 11 de dezembro vai encerrar muitas escolas e até poderá fechá-las todas.

"Tendo em conta o nível de mobilização verificado no passado em situações idênticas no sector da educação, é perfeitamente possível antecipar o encerramento de muitas escolas, parcial ou totalmente", afirma Pedro Barreiros, secretário-geral da FNE ao Jornal Económico.

Mas vai ainda mais longe, admitindo: “o encerramento total é uma possibilidade real e plenamente legítima, porque sem professores, sem assistentes operacionais, sem assistentes administrativos e sem técnicos especializados não é possível garantir o funcionamento de uma escola”.

Embora não avance estimativas, a FNE, segunda maior estrutura sindical do sector da educação em Portugal e afeta à UGT, conhece a “profunda indignação perante a tentativa de impor” uma reforma laboral que “representa um ataque direto aos direitos dos trabalhadores”.

“Se – diz Pedro Barreiros – houver um encerramento alargado, será a demonstração inequívoca de que o Governo não pode ignorar a força, a determinação e a unidade dos profissionais da educação”.

Na sua perspetiva, “é natural e desejável que haja impacto”, porque isso revela de “forma inequívoca a importância e o valor social dos trabalhadores da educação. Quando estes profissionais param, o país sente. As escolas podem ver as suas atividades letivas e não letivas profundamente condicionadas”, sublinha.

Descarta, no entanto, responsabilidades por qualquer incómodo que a greve possa causar a alunos, pais e encarregados de educação. “Não é responsabilidade dos trabalhadores, é responsabilidade direta de quem insiste em avançar com propostas que atacam direitos laborais e ignoram os alertas das organizações sindicais, que desde sempre demonstraram disponibilidade negocial e vontade para o encontro das melhores soluções, mas não encontraram a mesma abertura por parte do Governo”.

A FNE e os sindicatos seus filiados estão “completamente alinhados com a decisão tomada pela UGT”, tomada com base numa votação por unanimidade, tanto no Secretariado Nacional como no Conselho Geral da UGT, realizados a 13 de novembro. Pedro Barreiros lembra que a FNE foi a primeira organização dentro da União a assumir publicamente uma posição firme relativamente à “atual ofensiva legislativa do Governo”. Fê-lo através da resolução “Contra o ataque aos direitos dos trabalhadores”, aprovada por unanimidade no Secretariado Nacional da FNE de 7 de novembro, em Lisboa.

“Nessa resolução – explica -, a FNE não só denunciou o grave risco de retrocesso laboral que o Governo pretende impor, como também instou a União Geral dos Trabalhadores a: “promover, com carácter urgente, uma posição conjunta e pública de todas as Federações e Sindicatos da UGT contra a atual proposta de reforma laboral; encetar diligências institucionais e políticas para alterar a forma como este processo tem sido conduzido; e caso o Governo não recue nas suas intenções e não aceite um verdadeiro e construtivo processo negocial, avaliar a possibilidade de convocar uma greve geral, em defesa dos direitos dos trabalhadores e da dignidade do trabalho em Portugal”.

1 PERGUNTA ...

Numa greve geral desta natureza, põe-se a questão dos serviços mínimos ou não?

A imposição de serviços mínimos numa greve geral seria um sinal político muito negativo e uma tentativa de limitar um direito constitucional que deve ser plenamente respeitado.

A definição de serviços mínimos está regulada pela lei da greve e aplica-se apenas a serviços considerados essenciais para a satisfação de necessidades sociais impreteríveis. A atividade letiva regular nas escolas não está, em regra, abrangida por esta tipificação, apesar de no passado recente termos assistindo a inúmeras tentativas de fazer o contrário, mas as quais os tribunais nos vieram dar razão.

A decisão sobre a existência ou não de serviços mínimos não cabe à FNE. É uma competência que envolve o Governo e, quando necessário, um colégio arbitral, que avalia caso a caso se estão reunidas as condições legais para a sua fixação.

Numa greve geral como a de 11 de dezembro, e tendo em conta o quadro legal em vigor, a regra é não haver serviços mínimos para a atividade letiva habitual. A FNE entende que o direito à greve, enquanto direito constitucional, deve ser plenamente respeitado e que qualquer decisão relativa a serviços mínimos na educação tem de ser sempre excecional, devidamente fundamentada e proporcional, designadamente em situações muito específicas, como exames ou provas nacionais.

A FNE considera que recorrer a serviços mínimos numa greve geral seria não só injustificado, como também profundamente revelador da vontade de condicionar a luta dos trabalhadores. Se o Governo insistir nesse caminho, ficará evidente para todo o país que prefere restringir direitos em vez de encetar um verdadeiro diálogo que permita encontrar soluções equilibradas e justas.

11
DEZEMBRO



UNIÃO
GERAL DE
TRABALHADORES

Informações Greve Geral de 11 dezembro

A Greve Geral de 11 de dezembro é a resposta firme e necessária da UGT a uma reforma laboral que ataca os direitos fundamentais.

Perante o anteprojeto "Trabalho XXI", apresentado pelo Governo, a UGT diz um **ROTUNDO NÃO** ao retrocesso social que esta proposta representa.

A Greve Geral foi convocada porque o Governo quer:

- Fragilizar a negociação coletiva e dar mais poder unilateral às empresas;
- Facilitar despedimentos, criando novas formas de perda de vínculo e aumentando a insegurança laboral;
- Alargar o recurso ao outsourcing, colocando trabalhadores em desvantagem face a empresas intermediárias;
- Aumentar a precariedade, alargando contratos a termo e promovendo o banco de horas individual;
- Reduzir direitos de parentalidade, impondo retrocessos inaceitáveis às famílias;
- Limitar o direito à greve, atacando a ação sindical e enfraquecendo os trabalhadores.



Aqui está reunida toda a informação sobre os motivos da greve, documentos e materiais de apoio à Greve Geral.

A UGT está ao lado de quem trabalha.

Consulte aqui:

- [Pré-aviso de greve - PDF](#)
- [Greve Geral | Perguntas e Respostas - PDF](#)
- [Documento Rotundo NÃO à Reforma Laboral para os Patrões - PDF](#)
- [CARTAZ UGT GREVE GERAL 11 DE DEZEMBRO DE 2025 - PDF](#)

GREVE GERAL

- Não à Reforma Laboral do Governo!
- Queremos Negociar – Não Aceitamos Imposições!
- Por uma Reforma que Proteja quem Trabalha!
- Pela Dignidade no Trabalho!
- Pela Valorização dos Trabalhadores!



FNE e MECI reuniram sobre regulamentação do Estatuto da Carreira de Investigação Científica (ECIC)

Na reunião com um primeiro ponto na ordem de trabalhos relativo à "Apresentação de propostas de regulamentação da tramitação procedimental dos concursos de recrutamento de investigadores para a carreira especial de investigação científica, no âmbito dos Laboratórios do Estado e dos organismos da administração direta e indireta do Estado, em cumprimento do previsto no n.º 3 do artigo 43.º do ECIC", a FNE apresentou ao MECI um documento onde regista a apresentação das propostas de regulamentação relativas à tramitação procedimental dos concursos de recrutamento de investigadores para a carreira especial de investigação científica, no âmbito dos Laboratórios do Estado e dos organismos da administração direta e indireta do Estado, conforme previsto no n.º 3 do artigo 43.º do ECIC.

Sem prejuízo de uma análise mais aprofundada e detalhada do articulado, a FNE considera essencial sublinhar os seguintes princípios orientadores para qualquer regulamentação nesta matéria:

1. Transparência e equidade

Os procedimentos concursais devem assegurar a máxima clareza, publicidade e igualdade de oportunidades, garantindo critérios objetivos e verificáveis, desde a abertura do concurso até à decisão final.

2. Valorização do percurso científico e profissional

A definição dos critérios de seleção deve refletir a natureza altamente especializada da carreira de investigação científica, reconhecendo de forma equilibrada tanto o mérito académico e científico, como a experiência profissional relevante.

3. Rigor e celeridade dos procedimentos

É fundamental que a tramitação procedimental não se prolongue de forma injustificada, devendo ser estabelecidos prazos claros que garantam previsibilidade aos candidatos e o adequado funcionamento dos serviços.

4. Observância integral do ECIC e demais enquadramentos legais

Todas as normas regulamentares devem garantir conformidade com o Estatuto da Carreira de Investigação Científica e com a legislação aplicável à Administração Pública, evitando ambiguidades interpretativas.

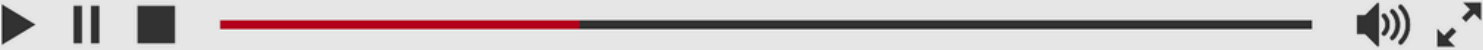
5. Participação efetiva das organizações representativas

A FNE reafirma a necessidade de que o processo de regulamentação decorra com verdadeiro diálogo social, permitindo contributos que reforcem a justiça, a eficácia e a credibilidade dos concursos.

Em resposta ao solicitado pelo MECI a FNE fará chegar contributos adicionais até ao final desta semana, sobre a matéria em apreço.

No ponto 2 da ordem de trabalhos – Prestação de informações - o MECI informou que dará entrada na AR, no dia 20 de novembro, da sua proposta para o RJIES; que fará a revisão da Lei da Ciência no primeiro semestre de 2026; modelo de ação social dezembro de 2025; que a revisão do Estatuto da Carreira deverá ser iniciado no segundo semestre de 2026.

Declaração de José Luís Abrantes, Secretário-Geral Adjunto da FNE, aos órgãos de comunicação social no final da reunião.





Reunião negocial sobre o Protocolo de negociação do ECD

Em seis de novembro de 2025, naquela que foi a primeira reunião com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), relativa ao Estatuto da Carreira Docente (ECD), a FNE reafirmou a importância da revisão do documento, retomando o processo negocial iniciado com o protocolo de 27 de dezembro de 2024, interrompido pela crise política e pela mudança de Governo e que teve sequência através do envio de uma proposta de atualização do protocolo negocial, enviada pela FNE ao MECI no passado dia 6 de outubro de 2025.

No momento, a FNE considerava que o Governo deveria ter como objetivo a valorização da carreira docente, tornando-a mais atrativa, reconhecida, simples e justa.

O acordo de 21 de maio de 2024, sobre a recuperação do tempo de serviço congelado, foi um passo importante, ainda assim, insuficiente para reverter décadas de desvalorização da profissão.

A FNE defendeu neste encontro que a revisão do ECD devia abordar as condições salariais, o ingresso e desenvolvimento na carreira, a formação, a avaliação, as condições de trabalho e o regime de aposentação, com vista à revalorização e prestígio da profissão docente.

Como metodologia negocial a FNE defendeu uma mesa negocial própria, em representação dos seus sete sindicatos de professores, bem como o acesso antecipado aos documentos preparatórios e propostas negociais, que permitam a sua análise, debate com os docentes e formulação de contrapropostas fundamentadas. Defendemos ainda um processo estruturado e calendarizado, com temas previamente definidos e priorizados, destacando para já as seguintes matérias objeto de negociação:

- Estrutura da carreira docente – progressão, reposicionamentos e eliminação de ultrapassagens.
- Avaliação do desempenho – simplificação e justiça do modelo.
- Recrutamento e ingresso na carreira – transparência e previsibilidade.
- Formação e desenvolvimento profissional – reforço da formação contínua e valorização das qualificações.
- Condições de trabalho – organização do tempo de trabalho, distinção entre componente letiva e não letiva.
- Aposentação e regime especial – revisão da idade e condições de aposentação.
- Remuneração e valorização salarial – revisão de índices remuneratórios.
- Políticas de compensação fiscal e apoios – deduções em IRS, compensações por deslocação e despesas com material pedagógico e outros necessários para o exercício da profissão.

- Equiparação do topo da carreira docente ao topo da carreira técnica superior da AP.
- Estatuto diretores e outros dirigentes escolares – articulação com o ECD.
- Regulamentação – garantir transparência, clareza e objetividade do articulado por forma a ser garantido um diploma compreendido e bem aplicado pela Administração Educativa, evitando assim litigâncias que prejudicam o bom funcionamento do sistema e bem-estar dos docentes. (Exemplo: art. 63º do D.L 16/2016 de 17 junho – que prevê um prémio de desempenho que nunca foi regulamentado.)

A FNE defendeu ainda uma calendarização negocial que permitisse a conclusão rápida do processo negocial para garantir impacto visível nas condições de trabalho e na atratividade da carreira, uma vez que a valorização social também se alcança por via da valorização salarial, tendo obtido a informação da parte do MECI da sua vontade em concluir o processo negocial em 2026, por forma a poder ser garantida a sua entrada em vigor em 2027.

Contudo e caso a revisão final global só possa ser garantida no início de 2027, a FNE defendeu a publicação faseada por módulos, permitindo entrada em vigor progressiva das medidas, para o que defende a realização de reuniões mensais, com possibilidade de maior frequência conforme a necessidade e a publicação da versão final global do ECD consolidado após a conclusão de todos os módulos.

O MECI deu a conhecer as previsíveis datas das duas primeiras reuniões negociais que deverão ter lugar nos dias 5 de dezembro de 2025 e 14 de janeiro de 2026.

OUTROS ASSUNTOS EM DEBATE

Na segunda parte desta reunião com o MECI, a FNE aproveitou a oportunidade para apresentar um conjunto de pedidos de esclarecimento, devidamente formalizados através da entrega, em mão, ao Ministro da Educação e registados em ata, com o objetivo de obter respostas às seguintes questões:

1. Reposicionamento e progressão na carreira docente – Procedimentos relativos à operacionalização do reposicionamento nos termos da Portaria n.º 119/2018, de 4 de maio, e à consequente progressão na carreira (progressão após reposicionamento).
2. Apoios aos docentes colocados nas Escolas Portuguesas no Estrangeiro da Rede Pública (EPERP) – Situação dos apoios concedidos e respetivos critérios de aplicação.
3. Mobilidade por Doença (MPD) – Esclarecimentos sobre a situação dos docentes abrangidos por este regime que continuam sem resposta relativamente ao Atestado Médico de Incapacidade Multiuso (AMIM).
4. Ensino de Português no Estrangeiro (EPE) – Falta de resposta aos vários pedidos apresentados pela FNE sobre esta matéria, em especial após as declarações do Ministro dos Negócios Estrangeiros, que afirmou que “os professores no estrangeiro são a nossa prioridade”. Tal afirmação não se tem traduzido em medidas concretas, persistindo a ausência de resposta aos ofícios enviados e ao pedido de reunião conjunta entre a FNE, o MNE, o Instituto Camões e o MECI.
5. Habilitações para o grupo 910 – Educação Especial – Persistência de dificuldades e necessidade de clarificação dos critérios aplicáveis.

A FNE aguarda que o MECI se pronuncie e clarifique, com a brevidade possível, cada um dos assuntos identificados, para os quais se impõe uma resposta célere e objetiva.

Foram ainda obtidas pela FNE as seguintes informações:

- Concurso extraordinário: na sequência do alerta apresentado pela FNE em 30 de outubro de 2025, relativamente à ausência de vagas no grupo 510 (Física e Química), o MECI informou que procederá à alteração da Portaria de vagas e, consequentemente, ao alargamento do prazo de candidaturas ao concurso por mais cerca de mais dez dias.
- Pagamento de horas extraordinárias e apoios à deslocação: será enviada às escolas uma informação do MECI destinada a clarificar os procedimentos a adotar.
- Concurso para Técnicos Especializados para Outras Funções (TEOF): o MECI prevê a sua realização em janeiro de 2026, abrangendo 1 406 técnicos especializados. Este calendário justifica-se pela necessidade de apuramento rigoroso das reais necessidades das escolas, de forma a assegurar um tratamento equitativo e a garantir que todas disponham dos recursos humanos necessários.





FNE assina Protocolo Negocial do Estatuto da Carreira Docente com o MECI

A FNE assinou na tarde de 19 de novembro de 2025, com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), o Protocolo Negocial que irá enquadrar a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD).

O Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, destacou à saída do encontro que “agora vamos finalmente avançar para a negociação, temos pela frente muito trabalho”, sublinhando alguns aspetos relevantes relativamente à versão final do documento que irá orientar o processo negocial.

Algumas das matérias já identificadas pela FNE, apresentadas nas propostas enviadas ao MECI e que a Federação pretende ver incluídas no processo negocial, em conformidade com o disposto no n.º 2 do Art.º 2.º do Protocolo de Acordo assinado, abrangem aspetos essenciais, tais como: o reposicionamento e a correção das ultrapassagens na carreira; a revisão da idade e das condições de aposentação, designadamente através da criação de um regime especial; a revisão em alta dos índices remuneratórios; a definição de uma política de compensação salarial, fiscal e de apoios; a equiparação do topo da carreira docente ao topo da carreira técnica superior da Administração Pública; e, ainda, a necessidade de assegurar transparência, clareza e objetividade no articulado normativo, de modo a garantir um diploma compreensível e corretamente aplicado pela administração educativa, prevenindo situações de litigância que prejudicam o funcionamento do sistema e o bem-estar dos docentes.

A FNE registou positivamente a disponibilidade do MECI em apontar como data previsível de conclusão do processo negocial o ano de 2026, de modo a permitir que a publicação do novo ECD possa entrar em vigor em 2027.

O Protocolo negocial acordado, para a revisão do Estatuto da Carreira Docente, estabelece como objeto da negociação a negociação dos seguintes temas:

- Perfil geral do/a docente; direitos, deveres e garantias;**
- Habilitação para a docência, recrutamento e admissão;**
- Formação e desenvolvimento profissional;**
- Organização do tempo de trabalho;**
- Condições de trabalho;**
- Revisão da estrutura da carreira docente e do estatuto remuneratório;**
- Modelo de avaliação de desempenho.**

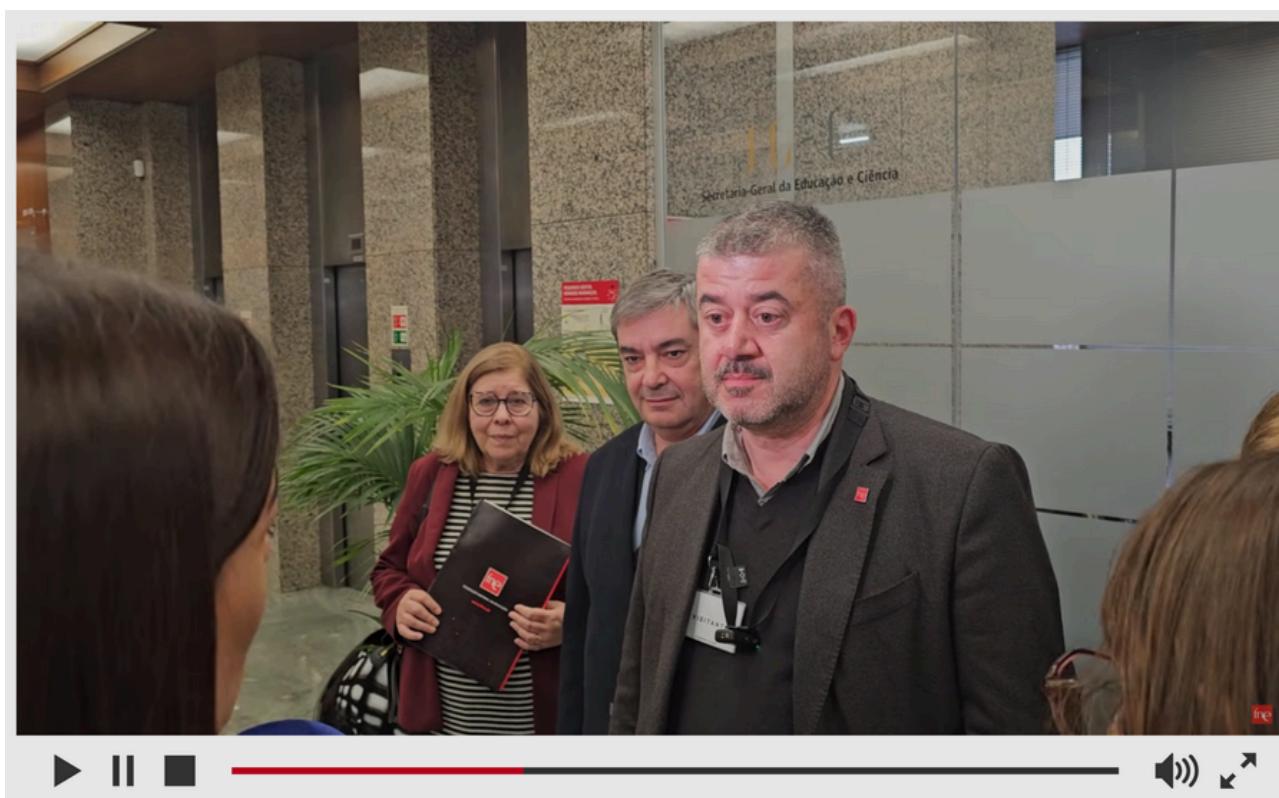
A primeira reunião no âmbito deste processo negocial foi já agendada para o próximo dia 5 de dezembro 2025.

A FNE reiterou a sua total disponibilidade e determinação para que este processo resulte na valorização efetiva da profissão docente e na construção de um Estatuto que responda às necessidades das escolas, dos profissionais e do sistema educativo.

Neste contexto, a FNE e os seus sindicatos reafirmam a intenção de promover o maior número possível de reuniões, consultas, encontros e mecanismos de auscultação junto dos docentes, garantindo que as contrapropostas apresentadas são sólidas, representativas e verdadeiramente alinhadas com as expectativas e necessidades da profissão.

Só com um processo participativo e ancorado na realidade das escolas será possível construir um ECD que seja um instrumento efetivo de valorização social e salarial, capaz de atrair jovens para a docência, motivar os profissionais no ativo e recuperar o prestígio social da carreira docente.

A FNE acredita firmemente que este é um momento de oportunidade. Com diálogo sério, com determinação e com a participação dos docentes, será possível alcançar um Estatuto mais justo, moderno e valorizador. É com esperança e confiança que a FNE encara este processo negocial, certa de que juntos construiremos um futuro mais digno para a educação e para quem a faz acontecer todos os dias.





Primeira reunião entre a FSUGT e a CNEF sobre o novo CCT

Realizou-se a 19 de novembro, em São João da Madeira, a primeira reunião entre a Frente Sindical da UGT (FSUGT) e a CNEF, dando início ao processo de negociação do novo Contrato Coletivo de Trabalho (CCT), cuja vigência está prevista entre 1 de setembro de 2026 e 31 de agosto de 2028.

No âmbito das matérias em negociação, foram abordadas questões centrais como a criação de um novo nível remuneratório na Tabela A, os tempos de permanência em cada nível, a recuperação integral do tempo de serviço no ensino profissional e artístico, as condições de trabalho e o subsídio de alimentação.

Foram igualmente discutidas as Tabelas B, K e P, bem como as tabelas e estruturas remuneratórias dos trabalhadores não docentes.

A principal divergência registada nesta reunião prendeu-se com os constrangimentos apresentados pela CNEF relativamente aos aumentos salariais no ensino profissional e artístico. A CNEF justificou esta limitação com a forte dependência destes setores do financiamento estatal, que, segundo referiram, não tem sido atualizado há mais de uma década.

Relativamente ao CCT atualmente em vigor, foi consensual a necessidade de proceder à sua revisão, clarificação e simplificação, tanto no que respeita às matérias pecuniárias como às não pecuniárias.

A FSUGT considera que, apesar de a proposta apresentada pela CNEF ser ainda insuficiente e, em alguns aspetos, bastante distante daquela que a frente sindical apresentou, foram dados passos positivos e registados sinais de abertura de ambas as partes para a procura de soluções equilibradas.

A próxima ronda negocial terá lugar no dia 4 de dezembro, em Lisboa, ficando ambas as partes de apresentar novas propostas até à data.



1 EM CADA 3 ESTUDANTES NÃO SABE

a quem recorrer em caso de
violência sexual e de género.*

Se alguém controla o que vestes, com quem falas ou te pressiona para fazer algo que não queres, se te goza por seres quem és, não respeita o teu 'não' ou te agride fisicamente, isso é violência.

Pede ajuda. Denuncia.

LINHA GRATUITA, ANÓNIMA E CONFIDENCIAL **800 202 148** | SMS **3060**
MAIS INFORMAÇÕES E APOIO EM **APF.PT**

#QUEBRA_O_CICLO

*Educação Sexual, igualdade de género e violência sexual e de género: os currículos escolares portugueses e os conhecimentos e atitudes dos/as estudantes, docentes e pais. ISMAI, IPPF EN, 2022

com o apoio de:



Campanha nacional de prevenção da violência sexual e de género nas escolas

Um em cada três estudantes não sabe a quem recorrer em caso de violência sexual e de género.

A Associação para o Planeamento da Família apresentou a campanha #QUEBRA_O_CICLO, uma iniciativa nacional de prevenção e sensibilização sobre violência sexual e de género, especialmente dirigida a jovens em contexto escolar.

Esta ação, apoiada pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e pelo Observatório da Convivência Escolar, integra-se num projeto financiado pela International Planned Parenthood Federation no âmbito do programa CERV (Citizens, Equality, Rights and Values).

Esta campanha visa informar, apoiar e mobilizar jovens para reconhecerem situações de violência, conhecerem os seus direitos e saberem onde pedir ajuda.

A divulgação da informação no espaço escolar pode ajudar a quebrar ciclos de violência, silêncio, medo ou desconhecimento.

Como implementar a campanha na sua escola

- 1. Afixar os cartazes em formato A3 em locais visíveis e estratégicos da escola. Sugerimos as casas de banho por serem locais onde crianças e jovens podem parar e ler a informação com maior privacidade.**
- 2. Partilhar a campanha nas plataformas da escola (ex: página web, redes sociais, etc) com #QUEBRA_O_CICLO**
- 3. Divulgar a campanha junto das direções de turma e restante comunidade escolar. Promover projetos e trabalhos sobre a temática.**

Agradecemos desde já a vossa atenção e disponibilidade para acolher esta campanha na vossa escola, que representa não só um compromisso com a prevenção da violência, mas também uma afirmação clara do papel transformador da educação na construção de uma sociedade mais justa, segura e inclusiva.

Para qualquer dúvida ou pedido adicional, a nossa equipa está inteiramente disponível através do email apfnorte@apf.pt ou do contacto direto **222 085 869**.

Prevenção do abuso sexual infantil online

A União Europeia (UE) está a intensificar os seus esforços para combater o abuso sexual infantil. Os representantes dos Estados-Membros (EM) da UE chegaram a acordo, em 26 de novembro de 2025, sobre a posição do Conselho relativa a um regulamento para prevenir e combater o abuso sexual infantil.

A nova lei, uma vez adotada, impõe às empresas digitais a obrigação de prevenir a divulgação de material relacionado com o abuso sexual de crianças e a solicitação de crianças.

As autoridades nacionais competentes terão o poder de obrigar as empresas a remover e bloquear o acesso a conteúdos ou, no caso dos motores de busca, a retirar resultados de pesquisa.

A União Europeia (UE) está a intensificar os seus esforços para combater o abuso sexual infantil. Os representantes dos Estados-Membros (EM) da UE chegaram a acordo, em 26 de novembro de 2025, sobre a posição do Conselho relativa a um regulamento para prevenir e combater o abuso sexual infantil.

A nova lei, uma vez adotada, impõe às empresas digitais a obrigação de prevenir a divulgação de material relacionado com o abuso sexual de crianças e a solicitação de crianças.

As autoridades nacionais competentes terão o poder de obrigar as empresas a remover e bloquear o acesso a conteúdos ou, no caso dos motores de busca, a retirar resultados de pesquisa.

O regulamento cria também uma nova agência da UE, o “Centro da UE contra o Abuso Sexual de Crianças”, para apoiar os EM e os prestadores de serviços em linha na aplicação da lei.

«Todos os anos, milhões de ficheiros que retratam o abuso sexual de crianças são partilhados online. E por trás de cada imagem e vídeo, há uma criança que foi vítima do abuso mais horrível e terrível. Isso é completamente inaceitável”, defendeu Peter Hummelgaard, Ministro da Justiça da Dinamarca.

“Por isso, estou feliz que os EM tenham finalmente chegado a um acordo sobre um caminho a seguir, que inclui uma série de obrigações para os prestadores de serviços de comunicação combaterem a disseminação de material de abuso sexual infantil.»

Avaliação e mitigação de riscos

De acordo com as novas regras, os prestadores de serviços online serão obrigados a avaliar o risco de os seus serviços serem utilizados indevidamente para a divulgação de material relacionado com abuso sexual de crianças ou para a solicitação de crianças.

Com base nessa avaliação, terão de implementar medidas de mitigação para combater esse risco. Essas medidas podem incluir a disponibilização de ferramentas que permitam aos utilizadores denunciar abusos sexuais de crianças online, controlar os conteúdos sobre si que são partilhados com terceiros e definir configurações de privacidade predefinidas para as crianças.

Os Estados-Membros designarão autoridades nacionais («autoridades coordenadoras e outras autoridades competentes») responsáveis pela avaliação dessas avaliações de risco e medidas de mitigação, com a possibilidade de obrigar os prestadores a aplicar medidas de mitigação. Em caso de incumprimento, os prestadores poderão ser sujeitos a sanções pecuniárias.

Categorias de risco

O Conselho introduz três categorias de risco para os serviços em linha. Com base num conjunto de critérios objetivos (por exemplo, o seu tipo), um serviço será classificado como de risco elevado, médio ou baixo. Com base nesta categorização, as autoridades podem obrigar os prestadores de serviços online classificados na categoria de risco elevado a contribuir para o desenvolvimento de tecnologias destinadas a mitigar os riscos relacionados com os seus serviços.

Assistência às vítimas

As empresas online têm de prestar assistência às vítimas que pretendam que o material de abuso sexual infantil que as retrata seja removido ou que o acesso a esse material seja desativado. Para o efeito, as vítimas podem também solicitar o apoio do Centro da UE. O Centro da UE verificará, por exemplo, se as empresas envolvidas removeram ou desativaram o acesso ao(s) item(ns) que a vítima pretende que seja(m) retirado(s).

Atividades voluntárias dos prestadores

O Conselho também pretende tornar permanente uma medida atualmente temporária que permite às empresas – voluntariamente – analisar os seus serviços para detetar abusos sexuais de crianças. Atualmente, os prestadores de serviços de mensagens, por exemplo, podem verificar voluntariamente os conteúdos partilhados nas suas plataformas para detetar material de abuso sexual de crianças online, denunciá-lo e removê-lo.

Isto é permitido graças a uma isenção de certas regras específicas do setor das comunicações eletrónicas. Embora esta isenção deva expirar em 3 de abril de 2026, de acordo com a posição do Conselho continuará a ser aplicável.

Centro da EU – nova agência

A nova lei prevê a criação de uma nova agência da UE, o “Centro da UE contra o Abuso Sexual de Crianças”, para apoiar a aplicação do regulamento.

O Centro da UE avaliará e processará as informações fornecidas pelos prestadores de serviços em linha sobre material relacionado com abuso sexual de crianças identificado nos serviços e criará, manterá e explorará uma base de dados para as denúncias que lhe forem apresentadas pelos prestadores. Apoiará ainda as autoridades nacionais na avaliação do risco de os serviços poderem ser utilizados para a divulgação de material relacionado com abuso sexual de crianças.

O Centro é também responsável pela partilha de informações das empresas com a Europol e os organismos nacionais responsáveis pela aplicação da lei. Além disso, criará uma base de dados de indicadores de abuso sexual de crianças, que as empresas poderão utilizar nas suas atividades voluntárias.

A posição do Conselho não estipula a localização do Centro da EU. Esta será decidida em conjunto com o Parlamento Europeu num procedimento separado. Com base neste acordo de 26 de novembro de 2025, o Conselho pode iniciar negociações com o Parlamento Europeu com vista a chegar a acordo sobre o regulamento final. O Parlamento Europeu chegou a uma posição em novembro de 2023.

Simpli**care**

A voz contra a burocracia.

Plataforma dedicada à recolha e sistematização de propostas para simplificar e **desburocratizar o trabalho docente** nas escolas.

Participe AQUI





O imperativo tecnológico

Façamos aqui um pequeno exercício sobre o advento das novas tecnologias, da Inteligência Artificial (IA) e das suas repercussões na sociedade e na educação em particular, envergando a capa do “agent provocateur”.

A proliferação de informação, chamemos-lhe assim, não filtrada, através da utilização massiva das novas tecnologias, a exposição excessiva aos ecrãs, a utilização desmedida das redes sociais, onde prolifera a imbecilidade, bem como a relação dessa utilização com a crescente míngua vocabular e a paulatina regressão cultural traduz-se numa colossal dificuldade para qualquer sistema educativo.

Intromete-se em tudo isto a designada IA e a solução à la carte, à medida de cada dúvida, de cada necessidade particular. Olhamos, atónitos, para a potencialidade incomensurável da tecnologia e naquele que será o seu real papel na educação e na sociedade no futuro.

Deparamo-nos com um processo transitivo, externamente imposto, que nos catapulta para uma nova realidade no processo ensino aprendizagem. Esta nova realidade torna obsoleto o sistema vigente? ou que tende a torná-lo obsoleto? Não é líquido que esta pulsão tecnológica imparável torne o atual sistema obsoleto, contudo conduzirá nos próximos anos a alterações profundíssimas no processo ensino aprendizagem, a que nos teremos todos de adaptar.

Na realidade, não obstante desconhecermos ainda a dimensão de tal transformação, sabemos que nos encontramos perante um processo irreversível, estando conscientes de que é impossível impedir a aplicação crescente das novas tecnologias e da IA em todas as áreas da sociedade.

O sistema educativo não sendo alheio a este fenómeno de digitalização terá forçosamente de se adaptar, ou sucumbir. Dito de outra forma, é impossível parar o vento com as mãos.

Este vislumbre do futuro, que em certa medida também já é o presente, traz-nos desafios colossais, não só no âmbito estritamente pedagógico e na relação particular com os alunos, mas também no que concerne à essência e aos fundamentos da própria profissão docente.

Mas devemos enveredar pela digitalização total do sistema educativo, não deixando espaço para a dimensão humana e sensorial? Naturalmente que não. Há um equilíbrio que urge encontrar na escola, algures ao centro, como a virtude.

Não diabolizemos, nem menorizemos a importância das novas tecnologias e da IA, coloquemo-las apenas na sua posição relativa, ressaltando a sua ambivalência sem dramas.

Todavia, não me permito concluir este pequeno texto sem fazer uma pequena referência a um neurocientista francês, Michel Desmurgets, que tem se dedicado a estudar o impacto resultante da utilização massiva dos ecrãs e em geral das novas tecnologias, sobre o cérebro humano. Michel Desmurgets no seu livro *“A fábrica de Cretinos Digitais – Os perigos dos ecrãs para os nossos filhos”*, concluiu que, pela primeira vez na história da evolução humana, houve uma regressão cognitiva, “Após milhares de anos de evolução, o ser humano está agora a regredir em termos cognitivos e de capacidades intelectuais — por culpa da exposição excessiva a ecrãs.”

António Pinho
Presidente do SDPM

24 NOV
2025

DIA NACIONAL DO TRABALHADOR DE
APOIO EDUCATIVO / NÃO DOCENTE

Com a escola no

coração



FNE assinala Dia Nacional do Trabalhador de Apoio Educativo/Não Docente

A Federação Nacional da Educação (FNE) a par dos seus três sindicatos (STAE Zona Norte, STAAE Zona Centro e STAESul e Regiões Autónomas) de Trabalhadores de Apoio Educativo/Não Docentes (Assistentes Operacionais, Assistentes Técnicos e Técnicos Superiores) celebrou a 24 de novembro o Dia Nacional do Trabalhador de Apoio Educativo/Não Docentes.

Esta data é uma ocasião para relembrar as principais reivindicações destes trabalhadores, em que se incluem a necessidade da valorização e dignificação das carreiras, a revisão da Portaria de Ráeios, o combate efetivo a todas as situações de precariedade, salários dignos e o reforço destes recursos humanos, nas instituições de ensino, considerados imprescindíveis para o sucesso educativo e funcionamento das nossas escolas.

As reivindicações da FNE inserem-se numa valorização real de todos os Trabalhadores de Apoio Educativo, reiterando que há décadas que estes trabalhadores são esquecidos e ignorados pelos sucessivos governos, apelando assim à urgência da realização de processos negociais com vista à valorização das suas funções profissionais.

A FNE reforça que estes trabalhadores continuam a sentir-se “invisíveis”, como sublinha a Internacional da Educação (IE) e que merecem o reconhecimento da sua carreira, porque “Os Funcionários de Escola também Educam” e são parte na construção do futuro.

[FLYER DNTAE 2025 para download](#)





DNTAE Pedro Barreiros presente em iniciativa do STAEZN

Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE, marcou presença na tarde de 24 de novembro, na Régua, numa iniciativa organizada pelo STAEZN no âmbito do Dia Nacional do Trabalhador de Apoio Educativo/Não Docentes e da inauguração da delegação do STAEZN em Peso da Régua.

Esta iniciativa contou também com a participação do Presidente da Câmara de Peso da Régua, José Gonçalves, do Presidente da AFJET, João Dias da Silva, do Secretário-Geral da UGT, Mário Mourão e da anfitriã, Cristina Peixoto, Presidente do STAEZN, assim como de vários dirigentes do STAEZN.

Esta foi mais uma ocasião em que se reforçou as principais reivindicações destes trabalhadores, em que se incluem a necessidade da valorização e dignificação das carreiras, a revisão da Portaria de Rácios, o combate efetivo a todas as situações de precariedade, salários dignos e o reforço destes recursos humanos, nas instituições de ensino, considerados imprescindíveis para o sucesso educativo e funcionamento das nossas escolas.

Neste dia a FNE reiterou também que continuará ao lado de cada trabalhador e trabalhadora, em todos os contextos, fazendo ouvir a sua voz e lutando para que a escola seja um espaço de dignidade laboral e de realização pessoal.

Esta data celebra-se a 24 de novembro, pois foi esse o dia que, em 1999, ficou marcado como o dia dos Trabalhadores Não Docentes da Educação, devido à publicação do Decreto-Lei n.º 515/99 que aprovou o Regime Jurídico do Pessoal Não Docente, que estabeleceu um marco importante para a dignificação destes trabalhadores.





DNTAE 2025 - Mensagem da Presidente do STAEZN

Hoje, no **Dia Nacional do Pessoal Não Docente**, o STAEZN dirige uma mensagem de profunda gratidão a todas e todos os **Trabalhadores de Apoio Educativo**.

Vocês, que todos os dias, com dedicação e sentido de missão, mantêm viva, organizada e segura a nossa escola.

Cada um de vocês está presente em tudo o que a escola é e representa.

- Estão presentes no cuidado que oferecem aos alunos, na atenção que dão às famílias, na solução de problemas que resolvem antes que alguém se aperceba.
- Estão presentes no silêncio do vosso trabalho, mas sobretudo, estão presentes no impacto enorme que têm na vida de toda a comunidade educativa.
- Vocês são indispensáveis.
- Vocês são a força que sustenta o dia a dia das escolas.
- Vocês são o rosto da proximidade, da humanidade e da estabilidade que tantas crianças e jovens encontram no ambiente escolar.

E fazem tudo isto porque carregam a **Escola no Coração** — não apenas no discurso, mas no vosso compromisso diário.

Hoje queremos agradecer-vos de forma muito especial.

- Obrigado por cada esforço que não se vê, por cada tarefa que não é anunciada, por cada dificuldade que ultrapassam com profissionalismo.
- Obrigado pela paciência, pela resiliência e pela atenção que dedicam ao bem-estar de todos
- Obrigado por serem a base silenciosa, mas absolutamente essencial, da escola.
- Obrigado por terem sempre a **Escola no Coração.**

Mas o nosso agradecimento não chega sozinho.

É também um **chamado à justiça e à valorização.**

É tempo de reconhecer plenamente as vossas carreiras, de valorizar os vossos salários, de reforçar os quadros das escolas e de garantir condições de trabalho dignas.

O vosso esforço merece respeito, reconhecimento e ação concreta — e é por isso que o STAEZN continuará a lutar, todos os dias, ao vosso lado.

Neste dia, desejamos-vos um **Feliz Dia do Pessoal Não Docente**, com o reconhecimento que tanto merecem.

O STAEZN continuará ao vosso lado, a defender o vosso valor, a lutar pelos vossos direitos e a afirmar, sempre, a importância do vosso trabalho.

Em nome do STAEZN, um sincero e profundo obrigado.

Hoje e sempre, seguimos juntos, com a **Escola no Coração.**

A Presidente do STAEZN, Cristina Peixoto



DNTAE 2025 - Mensagem do Secretário-Geral da FNE

Mensagem do Secretário Geral da FNE

Dia Nacional dos Trabalhadores de Apoio Educativo - 2025

Neste Dia Nacional dos Trabalhadores de Apoio Educativo, a Federação Nacional da Educação celebra, com profundo reconhecimento, todas e todos aqueles que, diariamente, garantem o funcionamento das nossas escolas, contribuindo de forma indispensável para a qualidade da educação em Portugal.

Os Trabalhadores de Apoio Educativo (assistentes operacionais, assistentes técnicos, técnicos especializados e demais profissionais de apoio) são pilares essenciais das comunidades educativas. O seu trabalho, tantas vezes invisível para o poder político e sociedade, é absolutamente determinante, pois são estes trabalhadores que asseguram ambientes escolares seguros, inclusivos e organizados; apoiam alunos, docentes e famílias; mantêm o espaço escolar vivo, funcional e humano. São, na prática, guardiões da escola democrática e da igualdade de oportunidades.

Apesar desta importância, continuam a enfrentar condições laborais que não refletem o valor social do seu contributo: carreiras desajustadas, salários insuficientes, falta de recursos humanos e excesso de carga de trabalho. A FNE reafirma, por isso, o seu compromisso firme e inabalável na defesa dos seus direitos, na valorização das suas carreiras e na promoção de melhores condições de trabalho. Só com profissionais respeitados, motivados e reconhecidos podemos construir uma escola pública de qualidade para todos.

Hoje celebramos, mas também reivindicamos. Celebramos a dedicação, a responsabilidade e a competência destes trabalhadores; reivindicamos o justo reconhecimento que lhes é devido. A FNE continuará ao lado de cada trabalhador e trabalhadora, em todos os contextos, fazendo ouvir a sua voz e lutando para que a escola seja um espaço de dignidade laboral e de realização pessoal.

A todas e todos os trabalhadores de apoio educativo, o nosso profundo agradecimento.

Este é o vosso dia, e a FNE celebra o dia convosco, com orgulho e respeito.

Pedro Barreiros

*Secretário Geral
Federação Nacional da Educação - FNE*



O Impacto da Inteligência Artificial na Saúde Mental dos Professores

Nos últimos anos, a inteligência artificial (IA) tem ganhado um papel cada vez mais relevante no setor da educação, apresentando-se simultaneamente como um instrumento de apoio e como um desafio adicional para os professores. Se, por um lado, a IA oferece novas ferramentas capazes de aliviar tarefas repetitivas e otimizar processos pedagógicos, por outro, a sua rápida integração no quotidiano escolar levanta questões importantes sobre o bem-estar emocional e psicológico dos profissionais de ensino. Assim, torna-se essencial analisar os impactos desta tecnologia na saúde mental dos professores, compreendendo tanto os benefícios quanto as pressões que ela pode gerar.

Um dos aspetos positivos da IA é a capacidade de automatizar tarefas administrativas, como a correção de exercícios objetivos, a elaboração de relatórios ou a organização de materiais didáticos personalizados. A redução do tempo gasto nestas funções pode aliviar parte da carga de trabalho que tradicionalmente pesa sobre os docentes. Este alívio pode, em teoria, contribuir para diminuir níveis de stress e permitir que os professores se concentrem em atividades que valorizam mais, como o acompanhamento individual dos alunos, a criatividade pedagógica e o desenvolvimento profissional contínuo. Para muitos, estas ferramentas representam uma oportunidade de equilibrar melhor a vida profissional e pessoal.

Contudo, a introdução acelerada de tecnologias baseadas em IA também tem provocado ansiedade e insegurança entre os professores. Uma das principais fontes de stress prende-se com a necessidade constante de atualização. A evolução tecnológica é rápida, e espera-se frequentemente que os docentes dominem novas plataformas, softwares e metodologias sem que lhes seja oferecida formação adequada ou tempo para se adaptarem. Esta pressão gera sentimentos de inadequação, medo de falhar e, em alguns casos, receio de que a própria função docente venha a ser desvalorizada ou parcialmente substituída por sistemas automatizados.

Outro fator relevante é a intensificação da vigilância e monitorização digital. Em algumas instituições, ferramentas de IA são utilizadas para avaliar o desempenho dos professores, analisar padrões de ensino ou recolher dados detalhados sobre as suas práticas. Embora estas aplicações possam ser úteis para identificar áreas de melhoria, também podem gerar um ambiente de constante escrutínio, contribuindo para uma sensação de perda de autonomia profissional. A perceção de que estão permanentemente observados pode aumentar a ansiedade e diminuir a motivação.

A interação com alunos também sofre transformações. A presença crescente de sistemas de tutoria inteligente e plataformas educativas automatizadas levanta dúvidas sobre o papel emocional do professor na sala de aula.

Alguns docentes receiam que a IA diminua o contacto humano, essencial para criar relações de confiança, motivar estudantes e identificar sinais de dificuldades emocionais ou comportamentais. Esta possível deslocação do foco humano para o tecnológico pode influenciar negativamente a perceção de propósito e identidade profissional, elementos fundamentais para o bem-estar psicológico.

Apesar dos desafios, muitas das consequências da IA na saúde mental dos professores dependem da forma como a tecnologia é implementada. Quando acompanhada de formação adequada, políticas claras e apoio institucional, a IA pode tornar-se uma aliada poderosa na redução do burnout docente. Ao contrário, quando introduzida de forma abrupta e sem diálogo com os profissionais, tende a intensificar sentimentos de sobrecarga e insegurança.

Em conclusão, a inteligência artificial representa uma transformação significativa na educação, trazendo potencial para melhorar o trabalho dos professores, mas também riscos que não devem ser ignorados. A preservação da saúde mental destes profissionais exige um equilíbrio cuidadoso: garantir que a tecnologia serve como apoio, e não como fator de pressão. Para tal, é essencial promover ambientes educativos que valorizem a formação contínua, a autonomia docente e o diálogo entre tecnologia e humanidade — elementos indispensáveis para um futuro educacional sustentável e saudável.

Greve Geral

11.DEZ.2025



**CONTRA
O ATAQUE AOS DIREITOS
DOS TRABALHADORES**

